

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Educação

Text/04

A CIDADE DE SÃO PAULO E OS EDUCADORES

Eu sempre sonho que uma coisa gera,
nunca nada está morto.
O que não parece vivo, aduba.
O que parece estático, espera.

Adélia Prado

A história da educação pública municipal no Brasil tem indicado um fato inegável: a cidade de São Paulo, por intermédio de sua Prefeitura, oferece, sob certos aspectos, uma das melhores redes de ensino público do país.

São, hoje, 656 escolas e aproximadamente 700.000 alunos, divididos por 317 Escolas Municipais de Educação Infantil, 333 Escolas Municipais de Primeiro Grau, 05 Escolas Municipais de Educação de Deficientes Auditivos, 01 Escola Municipal de Primeiro e Segundo Graus e quase 700 Núcleos de Alfabetização de Jovens e Adultos. Por isso mesmo é que a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo é a maior secretaria: 39.614 servidores da Prefeitura em um total de 120.000, para atender a educação municipal na 4ª cidade do planeta.

Desses quase 40.000 servidores da educação, 97% deles atuam diretamente nas escolas (28.528 docentes, 1.623 especialistas, 8.263 operacionais e administrativos); os 3% restantes estão distribuídos nos 10 Núcleos de Ação Educativa, na Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa e Diretoria de Orientação Técnica e no Gabinete, sempre em tarefas pedagógicas, operacionais e administrativas (de estrutura, planejamento e direção).

Esses dados, mais do que um referencial quantitativo, indicam o aproveitamento quase integral de todos os servidores na atividade-fim da Secretaria, propiciando um " índice de produtividade " bastante positivo na relação servidor/ prestação de serviço público / população e, ao mesmo tempo, um envolvimento marcante dos servidores no cotidiano imediato da cidade.

Em outras palavras: os que atuam na área de Educação, principalmente aqueles 97% que trabalham nas " frentes de batalha ", **vivem** a cidade **concretamente**, imersos no contato direto com a população, com toda a alegria e tristeza que isso acarreta.

No entanto, apesar da **dedicação profissional**, do **prestígio público** e da **importância social** desses servidores que constroem a qualidade da educação em São Paulo, nossa cidade não tem retribuído na mesma proporção; somos ainda **devedores**.

A melhoria das condições: resgate de uma dívida

Os educadores pertencem a um grupo profissional que mais sofreu a violência do achatamento salarial, em todo o País, nos últimos 25 anos. À medida mesma em que os salários foram sendo reduzidos, a carga de trabalho foi aumentando, a ponto de um educador necessitar de, no mínimo, dois emprêgos para obter o mesmo padrão anteriormente atingido com apenas um.

A consequência mais visível dessa situação foi uma depauperação da qualidade de ensino, mormente em função do progressivo crescimento do número de alunos aos cuidados de cada educador em seus vários trabalhos. Ora, a atividade docente, como se sabe, não envolve apenas o **dar aulas**; as aulas dadas necessitam de **preparação prévia** e **formação do docente**, da **correção** das atividades inerentes à relação pedagógica e **planejamento coletivo**. Assim, quanto maior o número de alunos, maior será o dispêndio de tempo e, evidentemente, **acresce** o prejuízo da qualidade.

Há, ainda, uma decorrência mais grave: a existência de remuneração **apenas do dar aulas**, desconsiderando-se as duas outras exigências básicas da prática docente; isso equivale a, por

exemplo, exigir que qualquer outro profissional seja contratado para trabalhar oito horas diárias, ser remunerado por apenas quatro, e " levar para casa " o restante - não pago - do trabalho obrigatório a ser feito.

Essas condições visivelmente injustas de trabalho e vida **não** têm, no entanto, impedido que os educadores da rede pública municipal da cidade de São Paulo continuem a aprimorar a qualidade da educação que é dada às nossas crianças, jovens e adultos. O custo pessoal coletivo é, porém, muito alto; cada um de nossos educadores necessita **desdobrar-se em muitos, não esmorecer** e reavivar constantemente aquela **esperança ativa** que amolda a verdadeira paixão docente.

O **corpo docente** tem sofrido, e muito, nos dois sentidos que essa expressão comporta ! É essa dívida que a cidade de São Paulo deve resgatar com seus educadores; não nos é permitido mais adia-la.

A oportunidade que a história nos reclama

A atual Administração da cidade de São Paulo, mandatária do poder democrático outorgado pela população, tem buscado, desde o seu primeiro dia de governo, variadas formas de demonstrar aos educadores o reconhecimento dessa dívida; e mais, por diversas vezes transformou esse reconhecimento em fatos concretos que, se não sanaram a dívida, têm tido o mérito de minimizá-la, alimentando a **confiança** dos educadores no seu resgate.

É, por isso, **urgente** darmos agora um passo mais decisivo na direção da melhoria das condições de trabalho dos educadores; **devemos** ser nós a fazê-lo - a **atual Administração** - não porque seja nossa obrigação, mas porque já tínhamos essa **convicção** antes de sermos Administração. É sobre essa nossa convicção, transmutada em **compromisso**, que se apoia a aludida confiança dos educadores e é também em nome dela que nosso trabalho se sustenta.

O cumprimento desse nosso compromisso encontra, entretanto, alguns **obstáculos** que, **tecnicamente**, são objetivos: as **condições orçamentárias** atuais da PMSP, o fato de a Secretaria Municipal da **Educação** alocar **um terço do total** de servidores do Município, o **tratamento isonômico** ao funcionalismo decidido pelo Governo da cidade e a **dificuldade** de estabelecer um **indexador** de salários - que os eleve e mantenha o patamar - compatível com a dinâmica financeira do setor público.

Não há como negar a objetividade desses obstáculos, nós o sabemos. Porém, nenhum deles é intransponível se conseguirmos **ir além** de sua dimensão imediatamente técnica e nos apegarmos à **mediação política** necessária ao tratamento da questão.

A **vontade política** a ser manifestada de nossa parte - mediadora da abordagem - é aquela que decide comprometer, **de liberadamente**, maior parcela do orçamento global na melhoria das condições dos educadores; é também aquela que entende que o fato de os educadores serem majoritários numericamente entre os servidores é decorrência da prestação direta de um serviço à população e, assim, essa decorrência não pode aparecer como impeditiva da **melhora** do próprio serviço prestado.

Essa mesma **vontade política**, ademais, necessita reconhecer que a instauração mais definitiva de uma orientação isonômica no tratamento com o funcionalismo em geral precisa, antes, **recuperar** os descompassos anti-isonômicos produzidos historicamente; por exemplo, quase 40% dos educadores da Rede Municipal de Ensino são ocupantes de " cargo em comissão ", e, desta forma, não saem jamais da referência inicial de ingresso - não progredem na **carreira** -, alguns já há 22 anos nessa situação (por ausência de **concur** sos em sua área); em passado recente de outras Administrações, os educadores foram prejudicados na distribuição da massa salarial da PMSP com a criação de gratificações e adicionais que, face à natureza do trabalho educativo e a forma do vínculo empregatício, não os atingiu; a quantidade de servidores na área da educação foi **usa** da, em muitos momentos, como argumento contrário à extensão de **benefícios** que alcançaram outros profissionais.

Por fim, é a expressão de uma **vontade política** que busque exercitar, no limite, a imaginação, criando um **indexador** que garanta as condições sem desindexar a qualidade do trabalho.

É por isso que o resgate dessa dívida, hoje, torna-se possível a partir da elaboração de um **Estatuto do Magistério** que contemple, concretamente, condições adequadas para o exercício da prática educativa em nossa cidade.

É de **nós, neste momento, por sermos quem somos**, que a vontade política de produzir e implantar esse **Estatuto** é reclamada. Foi **razão** de nossa vinda e é, portanto, animadora de nossa **trajetória coletiva** e sua continuidade.

Equipe de direção da SME
Julho/1990